



Educação Unisinos

E-ISSN: 2177-6210

revistaeduc@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Paludo, Conceição; Fraga Machado, Rita de Cássia; Gritti, Silvana Maria
A relação trabalho/educação no desafio de superar o desemprego permanente
Educação Unisinos, vol. 18, núm. 2, mayo-agosto, 2014, pp. 139-149
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644343005>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A relação trabalho/educação no desafio de superar o desemprego permanente

The relationship between work and education in overcoming permanent unemployment

Conceição Paludo
c.paludo@terra.com.br

Rita de Cássia Fraga Machado
rmachado@uea.edu.br

Silvana Maria Gritti
silvanagritti@gmail.com

Resumo: O presente trabalho se propõe a apresentar os resultados de uma pesquisa-ação realizada entre 2009 e 2011 junto ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), em cinco bairros da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Seu objetivo é contribuir para que este Movimento avance no processo educativo e na organização de soluções mais efetivas para a questão da falta de trabalho. Para tanto, busca sustentação teórica em autores que discutem a relação trabalho/educação, tais como Marx, Fernandes, Frigotto, Antunes e Saviani. O aporte teórico do estudo compreende: (a) a categoria de capitalismo dependente e de desenvolvimento desigual e combinado; e (b) a relação trabalho/educação. Ao final do processo de análise das categorias que emergiram do estudo realizado, o indicativo é o de que o Movimento deveria fortalecer um processo de educação pelo trabalho e pela organização, com incidência junto do poder público, nos três âmbitos, para mudar o espaço e condições do lugar: moradia, saneamento e saúde e, fundamentalmente, a relação trabalho/educação. Essa teria que ser uma linha de atuação forte e permanente. A organização dos trabalhadores em cooperativas, associações e grupos de produção é essencial para a resistência ao grande problema do desemprego no Brasil.

Palavras-chave: trabalho-educação, movimento social, desemprego permanente.

Abstract: This paper presents the results of a research-action project conducted from 2009 to 2011 along with the Unemployed Workers' Movement (MTD, acronym in Portuguese), in five districts of Pelotas city, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. It aims to contribute to this organization so that it continues the educational process and the organization aiming at more effective solutions to the issue of unemployment. To achieve this goal, the theoretical framework of this paper involves authors who have debated the relationship between work and education, such as Marx, Fernandes, Frigotto, Antunes and Saviani. Its theoretical contribution comprises the following: (a) the categories of dependent capitalism and unequal and combined development; (b) the relationship between work and education. At the end of the analysis of the categories that emerged throughout this study, it is concluded that the Movement should strengthen an educational process via work and organization, taking into consideration the

public sphere at its three levels, in order to change the space and site conditions: housing, sanitation and health, and ultimately the relationship between work and education. This line of action should be strong and permanent. The workers' organization in cooperatives, associations and production groups is essential for them to resist the widespread problem of unemployment in Brazil.

Keywords: work-education relationship, social movement, permanent unemployment.

Introdução

Essa pesquisa foi realizada junto ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, em cinco bairros nos quais ele está presente.¹

Segundo as reuniões realizadas com suas lideranças e atual direção, o MTD surgiu a partir de um longo processo de discussão, organização e experiências acumuladas desde 1995,² refletindo a necessidade de criar uma organização urbana capaz de aglutinar a parcela mais desprovida da sociedade, na perspectiva da luta por melhores condições de vida. Essa parcela da população nunca teve salário fixo mensal e carteira assinada, ou seja, está em condição de desemprego permanente.

As primeiras experiências se deram no Rio Grande do Sul, em 2000, com acampamentos urbanos, lutando por assentamentos rururbanos, com programas como o Coletivos de Trabalho (MTD, 2001) e o Frentes Emergenciais de Trabalho (MTD, 2005). Hoje o MTD está organizado em outros estados e conta com uma proposta própria para a geração de trabalho e renda: os Pontos Populares de Trabalho.³

De acordo com o depoimento de sua direção, o MTD busca a elevação dos níveis de consciência dos trabalhadores desempregados para que assumam seus papéis de sujeitos que se organizam visando à construção de outra forma de estruturar a sociedade em sua totalidade, não se pautando apenas por aspectos econômicos. Para isso, entende-se serem necessários processos coletivos de trabalho baseados nos valores da solidariedade e cooperação frente à realidade como forma de resistência ao desemprego. Esse processo coletivo envolve as dimensões da produção, da organização, da cultura e da formação, ou seja, das relações humanas.

Assim, pode-se dizer que, para a direção do MTD, o trabalho liga-se com o modelo de sociedade que se busca construir e caracteriza-se como matriz da formação do ser humano, porque, quando coletivo e cooperado, é gerador de novos valores, cultura, consciência e novas relações sociais.

A pesquisa foi discutida com a direção do MTD e com algumas de suas lideranças. Sua organicidade diferencia a base (sujeitos que se articulam ao MTD), lideranças (que assumem atividades de cunho político

co organizativo) e direção (que também assume a tarefa de formulação e direcionalidade do Movimento). A demanda se concretizou no âmbito do conhecimento dos sujeitos da base do Movimento, no foco do trabalho e da educação/formação, e está situada no processo de transformações ocorridas nos últimos 40 anos, entre elas a globalização e a terceira revolução industrial que coloca, entre tantas outras, a necessidade de repensar as relações entre trabalho e educação/formação.

Igualmente, torna-se evidente que as futuras gerações são as maiores vítimas das pressões que sofre o continente latino-americano, que é marcado por uma longa história de fragilidade e dependência econômica; por autoritarismos e transições; pelas desigualdades e preconceitos sociais e, na atualidade, pelo ideário político neoliberal, que é desagregador, tanto social quanto cultural, política e economicamente.

Simultaneamente a esta situação de adversidades pode ser observada a presença de inúmeras formas e modos de participação, de associativismos, cooperativas e de movimentos sociais que, direta e indiretamente, enfrentam e buscam responder às situações históricas de discriminação

¹ Ressalta-se a colaboração dos professores da UFPel José Lino Hack, Georgina Helena Lima Nunes e Rosa Elane Antoria Lucas, e das estudantes Ana Paula Bonat, Andréa Wahlbrink Padilha da Silva, Camila Goulart de Campos, Priscila da Silva Vieira e da direção e lideranças do MTD no desenvolvimento da pesquisa em Pelotas.

² A emergência do Movimento foi uma decorrência do desemprego estrutural motivado pela direção dada ao processo de desenvolvimento capitalista a partir de meados de 1970. Este processo ficou conhecido como neoliberalismo.

³ Os Pontos Populares de Trabalho tratam de uma proposta de programa do governo federal que se insere no campo das iniciativas públicas no intuito de enfrentar a exclusão do emprego e suas consequências, sejam as resultantes da exclusão estrutural e histórica do capitalismo, sejam as decorrentes da intensificação da precarização das relações de trabalho provocadas pelas políticas econômicas neoliberais. Esta proposta do Movimento, que, no âmbito do governo federal, ficará sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, tem como público principal os trabalhadores desempregados, em especial aqueles com alto grau de vulnerabilidade, e sua área prioritária de ação são os médios e grandes aglomerados urbanos.

e desigualdade. Inúmeros teóricos (cf. Bensaïd, 2008; Forrester, 1997; Frigotto, 2008) discutem tanto as necessidades de trabalho como as de educação para a construção de outra sociabilidade, que rompa com a lógica do capital, retomando o sentido ontológico do trabalho.

É a partir desta visão que se pretendeu contribuir para que o Movimento avançasse no processo educativo e na organização de soluções mais efetivas para a questão da falta de trabalho para os desempregados. Como foco do estudo, buscou-se aprofundar o conhecimento dos sujeitos do MTD, considerando a relação trabalho/educação.

A metodologia adotada foi fundamentada na pesquisa-ação, combinada com o estudo de caso e a análise de conteúdo. A pesquisa-ação é situada no âmbito das metodologias qualitativas, o que não significa prescindir de dados quantitativos. De acordo com Thiolent (1985), Fals Borda (2007) e Brandão (2006), um dos principais objetivos das propostas fundamentadas nesta metodologia consiste em possibilitar, tanto aos pesquisadores quanto aos grupos participantes, condições de buscar soluções mais eficazes para os problemas que vivenciam. Segundo Thiolent (1985, p. 11), uma “estratégia de conhecimento voltada para a resolução de problemas do mundo real” demanda compromisso do pesquisador com os sujeitos participantes, resgatando o papel social da pesquisa, além de exigir que o pesquisador desenvolva procedimentos que assegurem a rigorosidade e o diálogo no processo de investigação. Fals Borda (2007, p. 104) aponta que “hay de trabajar con alegría y construir con orgullo el ethos tropical del conocimiento que es propio nuestro”. Assim,

poderíamos seguir em direção a um acúmulo de conhecimentos que desse seguimento a uma escola de conhecimento científico social e político-organizativo capaz de, ao mesmo tempo, “crear conciencia de transformación con vocación regional y conexa con las necesidades prácticas y aspiraciones de nuestras mayorías populares” (Fals Borda, 2007, p. 104).

Por sua vez, o estudo de caso permitiu reunir informações, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação, através do foco em um objeto delimitado (Goldenberg, 2000). Nessa perspectiva, a análise de conteúdo permitiu analisar e interpretar os dados coletados (Bardin, 1995). Observa-se que a opção metodológica requereu importâncias nos procedimentos ao longo do trabalho de pesquisa. Ao tratar da importância da pesquisa-ação, Brandão (2006) nos ajuda a refletir sobre os objetivos metodológicos nesta experiência de pesquisa, ou seja:

(a) ela responde de maneira direta à finalidade prática a que se destina, como um meio de reconhecimento de questões sociais a serem participativamente trabalhadas; (b) ela é um instrumento dialógico de aprendizagem partilhada, portanto, como vimos já, possui organicamente uma vocação educativa e, como tal, politicamente formadora; (c) ela participa de processos mais amplos e contínuos da construção progressiva de um saber popular, no limite poderia ser um meio a mais na criação de uma ciência popular; (d) ela partilha, com a educação popular, de toda uma ampla e complexa trajetória de empoderamento dos Movimentos Populares e de seus integrantes (Brandão, 2006, p. 46).

Iniciada em 2009 e concluída em 2011, o desenvolvimento da metodologia envolveu os pesquisadores nos cinco bairros,⁴ com registros em diário de campo, a realização de 50 questionários, 15 entrevistas⁵ e cinco reuniões com lideranças e direção do MTD. Nessas reuniões foram sendo debatidos os resultados parciais das análises e a sua finalização. Isso foi feito sob a forma de seminário.

A seguir, é feita uma apresentação da pesquisa explicitando sua base teórica. Posteriormente, trazem-se os eixos analíticos que dela emergiram para, então, retomar o todo. A conclusão encaminhou a necessidade de um processo de educação pelo trabalho e pela organização, visando a que os sujeitos incidam na política pública como condição e forma de fortalecer a organização, resistir e abrir possibilidades para avançar na qualidade de vida.

Dependência e desenvolvimento desigual e combinado no Brasil

Naquilo que o define estruturalmente, o capitalismo é o mesmo sistema em todo o mundo: propriedade privada dos meios e instrumentos de produção e venda da força de trabalho. Trata-se de uma exploração legalizada pelo Estado e encoberta por mecanismos ideológicos. O grau de violência e da exploração difere de acordo com o processo histórico de cada país, no interior dessa (des)ordem mundial.

De acordo com Fernandes (2009), Oliveira (2003) e Frigotto (2008), as categorias de capitalismo dependente e desenvolvimento desigual e combinado são centrais para entender a especificidade e particularidade

⁴ Bairros: Dunas, Ceval, Navegantes I e II e Sanga Funda.

⁵ Catorze mulheres e um homem

de como se construiu a sociedade brasileira, na atual configuração das relações sociais, e sua relação com os centros hegemônicos do capitalismo.

A categoria de capitalismo dependente tem poder explicativo da materialidade, da estrutura profunda, das raízes de nossa sociedade nos planos cultural, econômico e político. Trata-se de uma categoria que introduz a perspectiva de classe no sistema mundial do capital. Capitalismo dependente expressa não o confronto, mas a aliança e associação subordinada da fração brasileira da burguesia com as burguesias dos centros hegemônicos do sistema do capital.

Essa mesma categoria permite compreender, de forma mais precisa, um processo histórico de desenvolvimento desigual e combinado. A aliança dependente e subordinada da burguesia brasileira, em relação aos centros hegemônicos do capital, tem como resultado uma combinação de nichos de alta tecnologia, elevados ganhos do capital, concentração grande de capital e de renda e superexploração do trabalhador, além de uma concentração de miséria e de mutilação dos direitos elementares da grande maioria.

Os autores explicitam que o que se tornou hegemônico constituiu-se pela permanência de um projeto de sociedade que aprofunda a dependência subordinada aos grandes interesses dos centros hegemônicos do capitalismo mundial. As relações de poder e de classe que foram sendo construídas no Brasil, observam os autores, permitiram apenas parcial e precariamente a vigência do modo de regulação fordista, tanto no plano tecnológico quanto no social. Da mesma forma, a atual mudança técnico-científica, de natureza digital-molecular, que imprime uma grande velocidade à competição e à obsolescência dos conhecimentos,

torna nossa tradição de dependência e cópia ainda mais inútil.

Na mesma direção, Paulani (2005) evidencia que se afirma, cada dia mais no Brasil, a política monetarista e rentista e, como consequência, não apenas o agravamento do desemprego estrutural e trabalho precário, mas também a oferta de empregos de baixíssimo valor agregado e dominante mente de trabalho simples.

Nesse contexto, as políticas focais de alívio à pobreza revelam a incapacidade de enfrentamento de mudanças estruturais. Os indicadores da área educacional e do lugar que o país ocupa na divisão internacional do trabalho, divulgados sistematicamente, são coerentes com o tipo de sociedade de capitalismo dependente e de desenvolvimento desigual e combinado que foi sendo construído historicamente. Trata-se de um processo que se agravou e consolidou na década de 1990 com o desmonte do Estado, as privatizações e a adesão explícita ao chamado Consenso de Washington.

Como atesta Oliveira (2003), a classe burguesa brasileira impediu que dessemos o salto da revolução fordista e, na década de 1990, invabilizou a possibilidade de dar o salto para a revolução digital-molecular. Esta mesma burguesia não só impidiu a universalização da educação básica como também, para a grande maioria que teve acesso à escola pública, não permitiu dar suporte material e de concepção pedagógica para que esta tivesse qualidade efetiva. Não há necessidade de longas análises para evidenciar que a classe dominante brasileira – que mantém intacto o latifúndio, as grandes fortunas, a exploração dos trabalhadores e uma forte concentração de renda – apenas quer a educação e o conhecimento que lhe servem e convêm.

De acordo com Antunes (2010, p. 2),

é neste contexto, caracterizado por um processo de precarização estrutural do trabalho, que os capitais globais estão exigindo o desmonte da legislação trabalhista. E flexibilizar a legislação do trabalho significa aumentar ainda mais os mecanismos de exploração do trabalho, destruindo os direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente após 1930, quando se toma o exemplo brasileiro. Querem, de todo modo, fazer proliferar as distintas formas de “trabalho voluntário”, terceirizado, subcontratado, de fato *trabalho precarizado*. Outra manifestação desse processo de exploração do trabalho é o chamado “empreendedorismo”, que frequentemente se configura como forma oculta de trabalho assalariado e instável.

No Brasil, os setores modernos e integrados da economia capitalista, interna e externa, alimentam-se e crescem apoiados e em simbiose com os setores considerados atrasados. Assim, a persistência da economia de sobrevivência nas cidades, uma ampliação ou inchaço do setor terciário ou da altíssima informalidade, com alta exploração de mão de obra de baixo custo, foram funcionais à elevada acumulação capitalista, ao patrimonialismo e à concentração da propriedade e da renda.

O processo descrito por Antunes (2010), de proliferação das distintas formas de trabalho voluntário, do trabalho terceirizado, subcontratado e precarizado, faz com que a relação trabalho/educação tenha outras configurações na atualidade. Este debate se torna necessário para entender esta relação (trabalho e educação) no MTD.

Relação trabalho-educação

A fim de compreender a relação entre trabalho e educação junto aos

sujeitos da pesquisa, parece fundamental explicitar algumas categorias centrais. Nesse sentido assumimos o posicionamento de Thompson (1981), que explicita que as categorias devem ser tidas como expectativas do que pode ser encontrado na realidade e não como dogmas, como verdades absolutas.

É nessa esteira, de esforço de explicitação da realidade encontrada, que a relação trabalho/educação, como qualquer aspecto da vida humana, precisa ser analisada de forma contextualizada. Se aceitarmos que somos seres de práxis, isto é, seres produtores, transformadores, que se fizeram e se fazem no processo histórico, não é possível buscar a natureza humana via especulações; ela tem que ser buscada na existência histórica e social dos homens, nas relações sociais. Alguns autores chamam a atenção para a necessidade de compreender a produção do trabalho, da educação e de qualquer outro fenômeno humano e social como processos ontológicos e históricos (cf. Saviani, 2002). Segundo Saviani (2007, p. 152), “o estreito vínculo ontológico-histórico próprio da relação entre trabalho e educação, impõem: (a) reconhecer e (b) compreender como se produziu, historicamente, a separação entre trabalho e educação”.

Assim, comprehende-se a classe social como produção humana e histórica, na qual uma parte da sociedade se apropria do trabalho de outra (Marx, 1983). Segundo Frigotto (2008), Mészáros (2009) e Ciavata (2009), as relações entre os homens [sic], em uma sociedade de classe, acabam sendo, em grande medida, a relação entre as classes. Nas relações de produção da vida, o trabalho e o seu produto são transformados em mercadorias. Para estes autores, as mercadorias encobrem as características sociais do trabalho humano, tornando-o alienado. Este processo

faz as relações entre os homens serem estabelecidas como relações entre coisas.

O escrito acima não desmerece o papel da cultura. É assim que

podemos então afirmar que a dominação essencial de determinada classe na sociedade mantém-se não somente, ainda que certamente se for necessário, pelo poder, e não apenas, ainda que sempre pela propriedade. Ela se mantém também inevitavelmente pela cultura do vivido: aquela saturação do hábito, da experiência, dos modos de ver, que é continuamente renovada em todas as etapas da vida, desde a infância, sob pressões definidas e no interior de significados definidos [...] (Willians, 2007, p. 14).

É a partir desta perspectiva que Willians dá indicativos de como as palavras e as categorias vão construindo, no tecido social e cultural, os diferentes sentidos, estando estes atravessados pela dominação de classe.

É desse modo também que Thompson (1981) permite distinguir a classe social como categoria analítica e como conteúdo histórico. Nesse último sentido, para o autor classe é uma relação de forças. Ao analisar o mundo do trabalho e a formação da classe operária na Inglaterra, Hobsbawm (1987) também assinala o caráter histórico e processual da constituição das classes sociais. Nessa compreensão, o trabalho, como mostra Kosik (1986), é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade. Por isso ele não se reduz à atividade laborativa ou emprego. Mészáros (2009) traz uma distinção importante entre trabalho como mediação de primeira ordem, referindo-se à relação entre os seres humanos e a natureza, para designar a compreensão ontológica de trabalho, e trabalho como mediação de segunda ordem, para designar as

formas históricas que ele assume. Dos autores brasileiros que estudam essas relações destacam-se especialmente Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Neto. No esforço de compreender o trabalho, “os mundos do trabalho” no movimento histórico social, destacam-se os estudos de Antunes (1999, 2006).

Nessa perspectiva parece ser importante a distinção, retomada por Frigotto (2008), entre o trabalho no sentido ontológico e histórico. Para o autor, a dimensão ontológica é ontocriativa e expressa o potencial humano de criar e recriar, pela ação consciente do trabalho, a sua própria existência. Na historicidade, sob os modos de produção escravista e feudal, esse sentido se perde. Sob o capitalismo, o trabalho é emprego, tornando-se trabalho alienado. Ao caracterizarem o sentido ontológico de trabalho como constitutivo do ser social, Netto e Braz (2006) observam que este ser social não se reduz e nem se esgota no trabalho, ainda que permaneça como objetivação fundante. Desse modo, e ainda segundo Frigotto (2008, p. 8), “captar os sentidos e significados do trabalho na experiência social e cultural das massas de trabalhadores é tarefa complexa e implica analisar como se produz a sociedade nos âmbitos da economia, da cultura, da política, da arte e da educação”.

Assim, é no contexto do modo de produção – isto é, na forma como acontecem as relações de produção, que consistem nas relações de trabalho e de distribuição do valor gerado pelo trabalho – que deve ser colocada a problemática das relações entre trabalho, educação/formação, cultura e emancipação humana.

O domínio dos seres humanos uns sobre os outros é o que leva Marx (2004) a distinguir a emancipação política da emancipação humana. Embora reconheça o avanço, Marx (2004) relativiza a emancipação

política dizendo que ela é o grau mais alto de emancipação que pode ser encontrado em uma sociedade de exploração e de desigualdade. Enquanto a emancipação política é uma ideia abstrata da universalidade dos direitos, a emancipação social significa a emancipação humana, real, que além dos trabalhadores emancipe a sociedade como um todo.

Os elementos colocados acima permitem situar a disputa das concepções, teorias e práticas educativas e de ciência e tecnologia. Nessa perspectiva, Saviani (2002) analisa que não só o capitalismo é uma contradição em processo e, como insistia Marx (2004), cada vez mais profunda e insana. O autor pontua o caráter contraditório dos processos educativos e afirma que a ideia de escola unitária e da formação *omnilateral* é, sob o capital, antagônica e requer a luta contra-hegemônica. Do mesmo modo, entende-se a sua dificuldade em ver a possibilidade de positividade da ciência, da técnica e avanços das forças produtivas dentro do sistema capitalista ou em se ter, na escola e mesmo na sociedade, a hegemonia de uma perspectiva de educação escolar *omnilateral* e politécnica.

Para Marx (1983), a educação deveria articular o fazer e o pensar, e faria isso se rearticulasse o trabalho manual e o intelectual. Isso deveria acontecer por meio da educação intelectual, corporal e tecnológica, que é a que trabalha com os princípios gerais e de caráter científico do processo de produção e que, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de diferentes técnicas.

Na atualidade brasileira, o acesso universal ao ensino fundamental não garante o direito de uma educação igual; pelo contrário, acentua-se a escola dual. A conclusão de Anísio Teixeira (1999), já nos anos de 1950,

é de que a elite dominante proclama a educação como um valor, mas apenas de forma retórica. As teses do capital humano, da pedagogia das competências para a empregabilidade e do empreendedorismo constituem-se num poderoso discurso mistificador que tem como resultado a ideia equivocada de que os trabalhadores empobrecidos não souberam, não quiseram ou não se esforçaram em adquirir o chamado capital humano e as competências que os livrariam da situação em que se encontram.

Na atualidade, o trabalho e a escolarização ganham relevância em decorrência dos desafios que contemporaneamente são impostos pelas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas. Para o trabalhador, o trabalho, mesmo o capitalista, é percebido como elemento garantidor da vida. Ele não aparece ligado a uma forma de concebê-lo, mas é colocado como essencial na manutenção/preservação da vida (Frigotto, 2010). Esse aspecto também ficou evidenciado pela pesquisa realizada por nós, o que pode ser exemplificado pela fala de uma desempregada: “Assim se eu tô trabalhando eu não tomo remédio, eu estando em casa, eu tô com dor de cabeça, eu tô com a pressão alta, a gente vai se destruindo e fazendo uma coisa ou outra. Isso aqui é um stress” (entrevista n. 6).

A fala corrobora o papel atual do capital expressado por Mészáros (2009), ao dizer que quem vive o auge do seu processo destrutivo hoje não destrói apenas a natureza caracterizada pelos rios, florestas e bens naturais, mas destrói também o ser humano.

E uma nova forma de sociedade apenas será dotada de sentido e efetivamente emancipada quando as suas funções vitais, controladoras de seu sistema de metabolismo social, como

tantas vezes indicou István Mészáros, forem efetivamente exercidas autonomamente pelos produtores associados, e não por um corpo exterior e controlador dessas funções vitais (Antunes, 2010, p. 5).

Historicamente a discussão em relação ao sentido e ao próprio trabalho tem sido escamoteada pela sedimentação e naturalização da forma capitalista de concepção e organização do trabalho. Isso fez com que, por muito tempo, não se colocasse o trabalho como questão central do processo educativo. Porque, nessa dimensão, a escola também estava colocada como não histórica e, portanto, comprometida com a produção de um “trabalhador capitalista”. Ou seja, aquele trabalhador que, passando pela escola, chega ao mercado de trabalho pronto para nele se inserir.

Pode-se dizer que as discussões acerca das concepções de trabalho e educação estão colocadas de modo importante para a sociedade. Gramsci (2001) já nos anos de 1930 advertia para a necessidade de construção de uma escola unitária e necessariamente desinteressada, o que significa estar comprometida com a formação integral do educando, fundada no princípio do trabalho, superadora da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e alicerçada na compreensão de que prover a subsistência é tarefa e responsabilidade de todos os seres humanos.

A articulação das diferentes técnicas de levantamento da realidade, efetivadas na pesquisa, permitiu extraírem eixos analíticos, relativos ao conhecimento dos sujeitos da base do MTD, a partir da relação trabalho/educação: condições de vida e busca pelo trabalho; lembranças e experiências de trabalho; sentido e valor do trabalho; expectativa do futuro referente à escola, aos cursos e à qualificação, que são apresentados na sequência.

Condições de vida:⁶ busca pelo trabalho

Dos 50 trabalhadores que responderam ao questionário, 23 recebem até 150 reais mensais; 13 até 300 reais e 14 até 550 reais; 23 trabalhadores recebem cesta básica, 19 Bolsa Família e 8 não têm qualquer renda. No que diz respeito às condições de moradia, ninguém paga aluguel; as moradias não são regularizadas; suas condições são insalubres e sem infraestrutura necessária. No que se refere ao acesso à saúde pública destes trabalhadores, constatou-se que há posto de saúde no bairro, mas faltam médicos especialistas; há filas e demora para a realização de exames, e a forma de atendimento é precária. Dentre estes 50 trabalhadores, 27 pessoas não fazem tratamento dentário. Esses dados quantitativos significativos revelaram a precariedade da reprodução digna da vida material por parte desses trabalhadores, sujeitos da pesquisa, os quais se caracterizaram como desempregados permanentes, remetendo ao fato de não terem dinheiro para garantir principalmente boa alimentação, moradia com conforto, saneamento básico e saúde. Também demonstram a precariedade de usufruto dos bens culturais: conhecimento escolarizado; contato com a cultura dita letrada – acesso a livros, jornais, internet.

No processo de relação e interação com os pesquisadores, os sujeitos foram falando sobre a vida cotidiana, que parece ser rica em relacionamentos e de entreajuda. Impressiona o aspecto físico: pessoas bonitas e completamente sem condições de cuidados mínimos e básicos, isto é, alimentação, dentes, cabelo, pele, roupa, envelhecimento

precoce, são aspectos que ficam evidentes.

Nas entrevistas, ficou explícita a importância das mulheres junto aos filhos. Dos 50 trabalhadores que responderam ao questionário, 44 são do sexo feminino e 6 do sexo masculino; 17 trabalhadores possuem entre 16 e 30 anos, e 33 entre 30 e 60 anos; 7 trabalhadores não têm filhos; 15 trabalhadores têm entre 1 e 2; 9 têm 3; 7 têm 4; 11 têm 5 ou mais; 19 se autodenominam negros; 12, brancos; 7, pardos; 1, indígena; 1, cafuzo, 1, mulato, e 3 não responderam. Na perversidade da situação, diferentes sentimentos são expressos: o alento do amparo representado pela mãe solidária que ajuda e socorre; por outro, a negação da possibilidade de reprodução digna da vida representa uma situação incômoda. As mulheres assumem o lugar de gestoras da sua vida e de sua família. Com elas está toda a garantia de vida, elas trabalham em casa e fazem bicos (trabalhos improvisados), bem como militam no MTD.

O MTD parece fazer parte da vida dos sujeitos da base, da vida daqueles que a ele se vinculam, pelo menos no que diz respeito às possibilidades de suprir necessidades materiais. Não se percebe, por parte da maioria, visão crítica da realidade. Ficou a sensação de que o Programa Bolsa Família, em particular, os torna “funcionários do Estado”. Se o acordo é cumprido, não haveria por que deixar de receber o valor correspondente. Nossa constatação é a de que se trata da dependência desses sujeitos em relação ao Estado, através de políticas assistencialistas. Não se constatou a presença do Estado como indutor de condições para a superação da situação objetiva vivida pelas pessoas.

A condição de não emprego e salário não permite a organização da vida. As pessoas passam a depender cada vez mais, pois dependem de quem os finacie: “Ah, minha vida? Como é que é sem emprego? Ah, é ruim porque é bom a gente ter o dinheirinho da gente, porque a gente vai ali e compra o que quer, paga por conta, sem dever nada pra ninguém, eu acho” (entrevista n. 3). Todos trabalham no que chamam de bicos: biscates, reciclagem, artesanato, faxina, pedreiro, marceneiro, cuidadora de crianças, empacadora de chá, entre outros. Trinta e três mulheres e 3 homens possuem ensino fundamental incompleto; 1 mulher, ensino médio incompleto; 2 mulheres, ensino médio completo; 1 mulher e 1 homem não sabem ler. É difícil falar sobre o nível de domínio da leitura e da escrita porque a leitura praticamente inexiste.

O desemprego gera uma condição de procura e de entrega de currículo, que é recebido, quase sempre, pelo guarda. Isso remete a Forrester (1997), cuja pesquisa demonstra que o porteiro da empresa faz o trabalho do departamento de recursos humanos, ou seja, uma primeira seleção dos currículos. A mesma autora fala dos organismos privados e públicos de inscrição para emprego. Esses trabalhadores não obtêm sucesso na busca, mesmo entregando o currículo diretamente nos locais de trabalho.

Assim nós vamos, aí a gente vai todos os dias de manhã, aí nós ficamos, quando voltamos mesmo para casa, é lá pelo meio-dia, na hora do almoço. Até quando a gente tem currículo, a gente vai entregando. A gente entrega em todo lugar. Um dia a gente foi até a Fernando Osório, tudo a pé. Aí voltamos.

⁶ É importante observar que a pesquisa não quis verificar a subjetividade dos sujeitos. Obviamente, todos vivem a vida como qualquer outro ser humano. Não se trata das alegrias, dores, casamentos, separações, frustrações, entre tantos outros, mas das condições de reprodução e produção da vida com certo nível de qualidade.

Até teve um que disse que ia chamar, que chamaria pela semana, aí ficamos esperando, mas até agora não chamaram (entrevista n. 1).

Pelo SINE, como a gente tem a carteira assinada não é tão difícil, tanto que quando eu saí lá dessa senhora onde eu trabalhava, com a carteira assinada, eu fui ao SINE, assim que saí da minha licença e no outro dia eu já consegui emprego, mais aí como eu encontrei com esse senhor que eu já tinha trabalhado com ele, ele me chamou, aí eu fui trabalhar, só que não de carteira assinada (entrevista n. 2).

Procurar emprego é uma ocupação, com certeza. Os desempregados se ocupam com a procura: o compromisso é com a procura. O que os assola neste contexto, segundo nossas análises, é o desemprego permanente. Eles associam o desemprego e o trabalho precarizado com dificuldades de reprodução digna da vida; assim como associam o emprego de carteira assinada com a melhoria da qualidade de vida. É possível perceber que existe certo conformismo, mas também se percebem resistência e persistência: teimosamente eles sobrevivem, o que foi constatado também na pesquisa realizada por Machado (2009), na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Lembranças e experiências de trabalho

As falas dos entrevistados – ou melhor, das entrevistadas, pois, a quase totalidade é de mulheres – demonstra que são jovens e iniciaram cedo a trabalhar, e que o primeiro emprego não significa que tenham tido carteira assinada e, tampouco, que para a obtenção do emprego tenham tido uma formação anterior. O saber exigido é aquele que decorre do cotidiano da vida, de limpar, lavar, cozinhar, cuidar.

As lembranças são recentes e remetem à ideia de rede na obtenção do emprego. “Eu comecei a trabalhar com 22 anos, comecei como babá e quem me indicou foi a minha mãe” (entrevista n. 2).

São lembranças mais da procura e menos da realização, como a entrevistada que diz: “Tô largando currículo de novo [...] mas agora eu quero de carteira assinada! Se não eu não quero!” Ainda, “a gente acorda às 6 da manhã [...] manda as crianças pro colégio [...] aí eu vou pra rua e escolho” (entrevista n. 3). “Eu vou pra rua e escolho” quer dizer que escolhe o material reciclável, seleciona do lixo o que pode ser aproveitado, vendido, reciclado. Esta fala é de uma catadora de lixo que descreve seu cotidiano.

Trabalho e emprego são quase que fundidos como sinônimos, e na maioria das falas transparece essa ideia. Parece que o ideal a ser buscado é um espaço de inserção, num campo de “trabalho” já determinado: o emprego assalariado.

Chama a atenção que as experiências e lembranças se referem a um passado recente. Analisamos que isso decorre do fato de estes sujeitos serem jovens; poucos são os que já tiveram uma trajetória profissional significativa em termos de tempo/permanência na carreira. Outra característica que se salienta é a de um trabalho descontínuo, sempre provisório, e que se forja, neste processo, o desejo da segurança/amparo garantia de carteira assinada, sem a qual a ideia de mobilidade de um trabalho para outro se evidencia na fala desta entrevistada:

Aí depois eu comecei a trabalhar de novo, eu trabalhava em um bar à noite de garçonne e aí depois eu parei e agora eu tô largando currículo de novo [...], mas agora eu quero de carteira assinada! Se não eu não quero! (entrevista n. 3)

Pode-se dizer que as lembranças de trabalho se reportam a um trabalho precarizado, sem garantia de vínculo empregatício. Nenhum dos entrevistados lembrou ter tido um trabalho que possibilitasse fazer carreira, e parece que este horizonte nunca foi concreto para estes sujeitos que hoje estão desempregados.

Ainda, nas frases ditas pelos desempregados pode-se ler que a realização como trabalhador se limita ter a carteira profissional assinada. Nas lembranças não se poderia encontrar outra realidade que não esta, pois dos sujeitos ouvidos todos relataram um trabalho precarizado e sem nenhuma exigência de qualificação anterior. Todos dizem estar buscando o trabalho e deixando currículos.

Na contemporaneidade pode-se dizer que se criam novas ocupações decorrentes dos processos de consumo e de expansão do capital. Por exemplo, os catadores já se constituem em um grupo de trabalhadores, que também se organizam em cooperativas de trabalho e, muitas vezes, têm o apoio do poder público local, uma vez que auxiliam no processo de limpeza e coleta do lixo produzido. Sem dúvida, isso não deixa de chamar atenção pela capacidade da própria sociedade de produzir, em cada um de seus momentos, os “trabalhadores necessários”. No caso do MTD, o galpão de reciclagem não deu certo. O lixo coletado vai para o pátio das casas e aí mesmo é feita a seleção.

As pessoas realizam os mais diversos tipos de trabalho, entre eles: trabalho informal, ou seja, “bicos”, como faxineiras, cuidadoras de crianças, lavadoras de roupa, pedreiros, serventes e outros que vão aparecendo. Estão nessas lembranças também as experiências organizadas pelo MTD: as frentes de trabalho, que deram certo, mas não continuaram e as diversas tentativas de organização de grupos, coletivos

e ou pequenas iniciativas, como padaria, costura, galpão de reciclagem, assentamento rururbano. Todos eles foram iniciativas frustradas. Um dos motivos fortes, de acordo com os sujeitos, estaria na dependência da qualificação para a iniciativa; outro é o de que, acabando o recurso, acaba o projeto. Portanto, não há continuidade.

Percebe-se um desejo forte, por parte dos sujeitos, para a retomada das iniciativas. Atualmente o Movimento atua com os Pontos Populares de Trabalho. De qualquer modo, essa iniciativa demanda ter o produto a ser vendido.

Em relação às lembranças de trabalho, podemos sintetizar dizendo que se referem sempre àquele que não requer uma formação escolarizada, profissionalizada, e que a forma de obtenção e ingresso se processa via rede de referência, indicação, de quem já se encontra inserido no trabalho.

O sentido e valor do trabalho

Os sujeitos da pesquisa reafirmam em suas falas a compreensão sedimentada socialmente de que a relação trabalho/educação está no seu caráter utilitário de produção de sujeitos trabalhadores, partindo do princípio de que trabalhador é o sujeito “portador de um emprego” e que, para tanto, a educação está colocada como elemento essencial capaz de produzir “o ser empregável”.

Não há o entendimento de que

o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade,

braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 1983, p. 149).

O que se percebe, junto a esses desempregados, é que o trabalho dificilmente concorrerá para a produção da sua humanidade, para a fruição da vida. Ao contrário, na situação atual o que move não é o sentimento do prazer da produção, da criação, mas sim a condição de reprodução da vida e de certa autonomia na reprodução.

Não é tão ruim, porque eu tenho a minha mãe que me ajuda, não é tão ruim por causa disso, mas qualquer coisa que eu queira eu tenho que pedir para a minha mãe. Aí, então, por um lado é ruim porque eu já estava acostumada a ter o meu dinheiro, eu não precisava do dinheiro da minha mãe, agora não, agora não, é uma coisa ruim (entrevista n. 10).

O sentido ontológico do trabalho não é resgatado, sentido e pensado. O que é valorizado é o trabalho como emprego, isto é, o sentido histórico do trabalho sob o capital. “Ah, é tudo, o valor é tudo, porque sem o trabalho a gente não é nada, a gente precisa sobreviver, então é tudo” (entrevista n. 1). Esse depoimento contraria a crença comum de que essas pessoas não querem trabalhar. Ao contrário, toda a pesquisa demonstra que existe consciência de que, sem trabalho/emprego, não é possível reproduzir a vida com dignidade.

Expectativas sobre o futuro em relação à escola e qualificação

As falas não são otimistas. No entanto, a esperança de futuro está

ligada à ideia de escolarização e da força do Movimento.

Oh eu espero que, sabe, que o Movimento se torne assim, mais forte, pra gente lutar e que nós, não digo só a mim, todos, consiga o seu serviço, porque tem uma boa parte de pessoas desempregadas. Eu penso assim, que nós agora que estamos no Movimento conseguimos assim, coisa, que através do Movimento tem muita frente de trabalho, assim tem gente que quer fazer padaria, tem gente que quer fazer uma costura. Então eu penso assim, que é bom que venha essas coisa pro MTD, pro MTD, fazer cursos, tem uns que querem fazer cursos, tem uns que querem fazer curso de panificação, que quer fazer de costura que a pessoa pode até pegar um diploma. Ah, ter uma casa própria e um emprego de carteira assinada e uma creche para os filhos (entrevista n. 1).

O sonho do emprego relaciona-se à carteira assinada, o que nos leva a perceber que construir/desconstruir e criar/recriar novas formas/relações de trabalho não se encontra no horizonte dos sujeitos da base do MTD: “Bom, esperança todo mundo tem, é claro, a gente queria conseguir um emprego melhor, até no caso da reciclagem, não tem muito direito a nada, a gente queria ter um serviço pra ter direito a quase tudo, não tudo” (entrevista n. 4).

A esperança está na possibilidade do saber: “Eu acho que vai, a esperança nossa [é] que mude, como as pessoas que não sabem ler nem escrever possam ter um professor pra ensinar, que eles possam melhorar, tenho esperança” (entrevista n. 2).

O desespero e a desesperança fazem com que se agarrem a qualquer ideia de fazer algo. Não há escolhas, gostos. “Ah eu não sei por que tudo, porque se eu não souber uma coisa, o que me ensinam eu já sigo fazendo e passo pros outros, é bem assim” (entrevista n. 6).

A lembrança da escola é perpassada por atos de violência física e

psicológica. A insubordinação e a rebeldia também são características presentes. Não se percebe nas falas o incentivo para que os filhos estudem. Os cursos oferecidos de qualificação parecem ser sempre de forma precária, sem certificação, o que, para os sujeitos, “não adianta de muita coisa, pois na hora de colocar e provar no currículo fica difícil” (entrevista n. 6). As vivências relatadas remetem ao que Saviani (2007) se refere quando escreve sobre a relação entre trabalho e formação humana. Segundo o autor, questões desse tipo pressupõem que o ser humano esteja previamente constituído como ser possuindo propriedades que lhe permitem trabalhar e educar. Portanto, pressupõe-se uma definição de ser humano que indique em que ele consiste, isto é, sua característica essencial, a partir da qual se possam explicar o trabalho e a educação como atributos do ser.

Dois entrevistados, que já tinham vivido a experiência do emprego com carteira assinada, demonstraram conhecimento da necessidade, pelo avanço tecnológico, da qualificação permanente para a disputa do emprego. Diz uma senhora: “Até para colocar azulejo é preciso acompanhar a tecnologia”. Um senhor conta a experiência do teste para operar com uma retroescavadeira. Não passou, diz ele, porque não sabia mais lidar com ela. Embora exista o reconhecimento da importância da qualificação, percebe-se que não há, por parte dos sujeitos, o estabelecimento de relações entre o cotidiano e os problemas estruturais, que abordamos acima nesse artigo, e que estão na base da situação objetiva da vida.

Indicativos para a relação trabalho-educação no MTD

148

A pesquisa contribuiu para a desmistificação da culpabilidade do

sujeito da pesquisa pela sua condição de vida. Fica evidente que as pessoas constroem suas vidas sob determinadas condições (Marx, 1984). No caso dos desempregados permanentes pesquisados, essas condições já são desiguais no nascimento e tendem a se perpetuar.

Igualmente, fica evidente a afirmativa dos estudiosos citados neste estudo: sob o modo capitalista de produção não há possibilidade de todos terem uma vida digna.

O que se tem é um círculo vicioso, nada virtuoso, na relação entre trabalho, educação e cultura: não há a experiência de trabalho mais complexo; não há a cultura considerada “a boa cultura”, ou a chamada cultura erudita, e não há escolarização elevada. De pais para filhos a rede se multiplica. O ditado popular “filho de peixe, peixinho é” parece fazer sentido.

O poder público não ajuda, ele não aparece como indutor de políticas que contribuam para a superação das condições de vida: casas populares, saneamento básico, posto de saúde qualificado, política de trabalho permanente, cursos de educação com metodologias apropriadas, entre outras iniciativas de um Estado efetivamente comprometido com a democracia substantiva. O Estado aparece nas políticas centradas na pobreza: cesta básica e Bolsa Família. As políticas públicas de caráter emergencial e compensatório tornam-se insuficientes, como é possível perceber. Tudo indica a necessidade de mecanismos mais sólidos e coerentes de redistribuição de renda em nossa sociedade. O Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), considerado em seu conjunto, por sua vez e por diversos motivos não consegue conquistas mais efetivas.

Então, nessa situação, o que fazer? Não é possível simplesmente diagnosticar; aliás, os entrevistados

dizem estar cansados de gente da universidade e de outras instituições que vão entrevistar e depois desaparecem.

Seguindo a metodologia proposta para a pesquisa, depois de realizarmos algumas reuniões no processo de investigação, foi organizado um seminário final de debate sobre os dados da pesquisa, que foram previamente organizados. Nesse processo de discussão que se instaurou, no qual o nosso papel foi também o de contribuir na fundamentação teórica, foram sendo elaboradas algumas alternativas de ação.

Em síntese, o MTD poderia incidir fortemente no trabalho associado à escolarização e à formação política. Poder-se-ia trabalhar em um curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), começando com o Ensino Fundamental, na linha da politecnica. O que, em sentido forte, seria ensinar a ler e a escrever letrando, na perspectiva de Paulo Freire (1985), isto é, centrando na leitura de mundo, ou no que Pistrak (1981) chama de atualidade. Esses cursos deveriam ter a qualificação técnica acompanhando e sendo articulados com a alfabetização e o letramento.

Além disso, e ao mesmo tempo, o Movimento poderia levar a uma organização efetiva, com incidência junto ao poder público, nos três âmbitos, para mudar o espaço e condições do lugar: moradia, saneamento, saúde e educação, além do embelezamento.

Essa teria que ser uma linha de atuação forte e permanente. A organização dos trabalhadores em cooperativas, associações e grupos de produção parece importante para a resistência ao grande problema do desemprego no Brasil. A qualificação necessária é um caminho possível, a exemplo dos Movimentos do Campo que, cansados de esperar, têm uma atuação forte na elevação da escolarização e na formação

política de quadros, associada ao trabalho, como possibilidade de, ao mesmo tempo, qualificar a vida no hoje e lutar para a construção de outro projeto de desenvolvimento e de nação.

Finalmente, é possível dizer que esse processo de pesquisa-ação contribuiu para que o MTD pudesse redimensionar a intencionalidade, o conteúdo e a forma dos seus processos educativos junto aos trabalhadores desempregados. Em que medida isso se efetivará foge da governabilidade dos pesquisadores, embora tenha sido explicitado o desejo de contribuir. Quanto à metodologia da pesquisa-ação propriamente dita, vivenciamos a sua exigência para que efetivamente fosse desenvolvida de forma rigorosa, coletiva e articuladora a prática social objetivamente existente, com o conhecimento indicativo de superação das “situações-limite”, no caso do MTD, absurdamente desumanizantes.

Referências

- ANTUNES, R. (org.). 2006. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 186 p.
- ANTUNES, R. 2010. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. *Serviço Social & Sociedade*, 104: 632-636. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-662820100040003&script=sci_arttext. Acesso em: 24/08/2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-662820100040003>
- ANTUNES, R. 1999. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 154 p.
- BARDIN, L. 1995. *A análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 167 p.
- BENSAÍD, D. 2008. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo, Boitempo, 89 p.
- BRANDÃO, C.R. 2006. A pesquisa participante e a participação na pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: C.R. BRANDÃO; D.R. STRECK (org.), *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida, Ideias e Letras, p. 21-54.
- CIAVATTA, M. 2009. *Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores*. Rio de Janeiro, Lamparina, FAPERJ/CNPq, 158 p.
- FALS BORDA, O. 2007. *Hacia el socialismo raíz y otros escritos*. Bogotá, Desde Abajo, 98 p.
- FERNANDES, F. 2009. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4ª ed., São Paulo, Global, 156 p.
- FORRESTER, V. 1997. *O horror econômico*. São Paulo, UNESP, 149 p.
- FREIRE, P. 1985. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 186 p.
- FRIGOTTO, G. 2010. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: G. FRIGOTTO; M. CIAVATTA, *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro, Lamparina, p. 118-134.
- FRIGOTTO, G. 2008. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. In: REUNIÃO DA ANPED, 30, Caxambu, 2008. *Anais...* Caxambu, p. 134-189.
- GOLDBERG, M. 2000. *A arte de pesquisar: como fazer uma pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Record, 118 p.
- GRAMSCI, A. 2001. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 2, 264 p.
- HOBSBAWM, E. 1987. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 301p.
- KOSIK, K. 1986. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 156 p.
- MACHADO, R. de C.F. 2009. *Os demitidos da vida: quem são os trabalhadores desempregados do MTD?* Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 136 p.
- MARX, K. 1984. *A ideologia alemã*. São Paulo, Moraes, 118 p.
- MARX, K. 2004. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 36 p.
- MARX, K. 1983. *O capital*. São Paulo, Abril Cultural, vol. I, 996 p.
- MÉSZÁROS, I. 2009. *Para além do capital*. 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 1102 p.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS (MTD). 2005. *Frentes Emergenciais de Trabalho*. Porto Alegre, MTD, 24 p.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS (MTD). 2001. *Programas Coletivos de Trabalho*. Porto Alegre, MTD, 36 p.
- NETTO, J.P.; BRAZ, M. 2006. *Economia política: uma introdução*. São Paulo, Cortez, 86 p.
- OLIVEIRA, F. de. 2003. *Crítica à razão dualista: O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 124 p.
- PAULANI, L.M. 2005. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo, Boitempo, 150 p.
- PISTRAK, M.M. 1981. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo, Brasiliens, 156 p.
- SAVIANI, D. 2007. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Rivista Brasileira de Educação*, 12(34):152-158. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>
- SAVIANI, D. 2002. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: J.C. LOMBARDI (org.), *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas, Autores Associados, p. 111-128.
- TEIXEIRA, A. 1999. *Educação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ, 588 p.
- THIOLLENT, M. 1985. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 87 p.
- THOMPSON, E. 1981. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 122 p.
- WILLIANS, R. 2007. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo, Boitempo, 116 p.

Submetido: 08/09/2012

Aceito: 07/03/2014

Conceição Paludo
Universidade Federal de Pelotas
Rua Gonçalves Chaves, 65, 30124-96015-560, Pelotas, RS, Brasil

Rita de Cássia Fraga Machado
Universidade do Estado do Amazonas
Rua Estrada do Bexiga, 1085
69552-315, Tefé, AM, Brasil

Silvana Maria Grittì
Universidade Federal do Pampa
Rua Conselheiro Diana, 650
Bairro Kennedy
96300-000, Jaguarão, RS, Brasil